

Contexto político: 1983 a 1985

Raul Junqueiro

Secretario de Estado das Comunicações (9º Governo Constitucional, 1983-1985).

Secretario de Estado adjunto do Ministro da Educação. Deputado.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1972).

Faleceu em 3 de Dezembro de 2003.

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o ambiente em que tudo isto aconteceu. Estávamos em 1983 e Portugal ainda não tinha aderido à União Europeia. De 1983 a 1985 tivemos uma intervenção muito dolorosa do FMI, que cortou investimentos na despesa pública de uma forma dramática. Por isso é que havia um governo PS/PSD, um governo de bloco central e unidade nacional. Foi a primeira vez que existiu no país um governo desse tipo.

Relativamente às telecomunicações, na altura não se falava em telecomunicações, falava-se em telefones. Os problemas dos telefones eram mais da ordem das infra-estruturas, listas de espera que se mediam em anos. Na altura estávamos com um atraso muito significativo neste campo.

Quando em 1983 se formou este Governo do bloco central, eu tive responsabilidades políticas como Secretário de Estado das Comunicações. Sendo uma pessoa desse sector, estava particularmente sensível a estes problemas e a minha preocupação na altura foi conceptualizar o sector. Falou-se pela primeira vez em telecomunicações e falou-se pela primeira em tecnologias de informação.

Em 1985 houve uma proposta de programa de governo que na área das tecnologias de informação era extremamente avançada. Mesmo na Europa dessa altura, também o conceito de tecnologias de informação ainda não estava devidamente implantado. A preocupação era consolidar as telecomunicações conseguindo da parte do Ministro das Finanças, na altura o Professor Hernâni Lopes, uma excepção para as telecomunicações. Apesar da intervenção do FMI, foram feitos investimentos muito significativos, porque havia a noção de que se íamos aderir à União Europeia sem infra-estruturas de telecomunicações, não seria possível responder a esse desafio.

Logo a seguir a preocupação fundamental foi aproveitar em primeiro lugar, o movimento extraordinário que se verificou nesta altura, que foi a mudança na Universidade Portuguesa, e que foi uma coisa extraordinária. Até aí tínhamos uma Universidade profundamente napoleónica, virada para dentro. Sobretudo nas universidades técnicas, os professores tinham receio de colaborar com as empresas. Entretanto tinha havido um movimento significativo de jovens universitários licenciados que tinham feito pós-graduações, doutoramentos, essencialmente em universidades anglo-saxónicas, quer em Inglaterra, quer nos Estados Unidos, e que ao regressarem ao país vinham imbuídos de um espírito novo e

contaminaram sobretudo as universidades técnicas. Não só no Instituto Superior Técnico, que foi talvez a primeira Universidade onde isto se fez sentir com mais força (a criação do INESC, por exemplo é um sintoma de tudo isto), mas também em Coimbra, onde o Departamento de Engenharia deu provas de uma vitalidade absolutamente extraordinária, e também noutras universidades, do Minho ao Algarve. Este momento foi muito importante, porque sem este apoio das universidades, dos jovens professores e investigadores, dos jovens engenheiros que vinham com uma mentalidade nova e com um desejo de se inserirem na comunidade, de colaborarem com a indústria, de serem produtivos e de se dedicarem a um outro tipo de investigação, não teria sido possível fazer a revolução que se fez a seguir.

Em segundo lugar procurámos lançar politicamente as tecnologias de informação. O primeiro programa que lançámos e que hoje ainda existe foi o Programa Inforjovem, dirigido pela Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação. Esse programa foi iniciado numa parceria (foi a primeira vez que se falou em parcerias para isso): os CTT, os TLPs e a Marconi, hoje Portugal Telecom. Na altura eram três empresas separadas com estruturas jurídicas autónomas, que entre si mobilizaram dez mil contos, ao tempo uma quantia significativa, porque a nível do governo nem sequer havia orçamento que contemplasse as tecnologias de informação.

A primeira colaboração foi com uma empresa chamada Timex, que tinha as suas instalações no Lazarim, na margem sul, e que produzia computadores com uma capacidade de memória extraordinária de 24k, e que se ligavam a um monitor e com o qual era possível fazer umas brincadeiras, principalmente jogar uns jogos. Depois evoluiu para uma capacidade a dobrar, para os 48k. Foi com este tipo de Timex, com este apoio e com a colaboração entusiástica de muita gente um pouco por todo o país, de muitas associações e câmaras municipais, que, surpreendentemente, em menos de seis meses, mais de cem centros Inforjovem estavam a funcionar no país com computadores deste género e com formadores. O espírito Inforjovem manteve-se até hoje, é muito sofisticado, tem um orçamento significativo, tem formadores e foi profissionalizado, embora tivesse começado como uma parceria e com a colaboração de uma empresa que estava instalada em Portugal e que fazia estes computadores.

A outra coisa que na altura eu tinha muito na cabeça, era a ideia de seguir o modelo de alguns países europeus e tentar que em Portugal houvesse um computador com a maior incorporação nacional que fosse possível, a pretexto de levar a uma informatização massiva do país. Estávamos a pensar nisto quando um dia entrou na Secretaria de Estado o Dr. José Guedes, um empresário da Figueira da Foz que me disse que estava a produzir um computador chamado Ener1000. Esse computador tinha sido concebido na Universidade de Coimbra pela equipa do Professor Dias de Figueiredo. Foi assim que entrei em contacto com ele. Os primeiros Ener1000 foram adquiridos pela Secretaria de Estado, e oferecidos a algumas personalidades, como o Professor Manuel Maria Carrilho (que foi um dos primeiros utilizadores do Ener1000), o Professor José Maria Matoso, e a um conjunto de pessoas em áreas diferentes que tiveram a ocasião de ser «cobaias» destes primeiros computadores.

Foi com grande entusiasmo, com surpresa e com admiração que vi o potencial que existia na Universidade de Coimbra, com toda uma equipa que na altura fervilhava com ideias, trabalho e competência nesta matéria.

Mas tivemos um problema complicado: não havia qualidade na produção do computador. Ou seja, mesmo que o computador não tivesse pontos fracos, teria sempre um problema fatal de produção industrial. E era difícil arranjar em Portugal uma fábrica que pudesse produzir aquele computador, sobretudo para um mercado de consumo. Apesar dos apoios e das tentativas, não se conseguiu e percebemos claramente que esse não era o caminho. Pensámos na altura que a melhor maneira seria associar a Universidade de Coimbra a uma grande produtora internacional ou com circuitos de distribuição internacional, que pudesse aproveitar este know-how para produzir de acordo com os padrões internacionais. Este projecto nunca chegou verdadeiramente a ver a luz do dia porque esse Governo a que pertenci durou dois anos.

No momento houve outras coisas que puderam ser implementadas, como o projecto Minerva, que foi extremamente importante. Recordo o dia em que o projecto foi lançado em Coimbra com a presença do Ministro da Educação, João de Deus Pinheiro, na altura um jovem Ministro vindo da Reitoria da Universidade do Minho. Foi um projecto vital para o desenvolvimento das Tecnologias de Informação em Portugal.

Eventualmente talvez tivesse sido possível dar continuidade a este esforço e compatibilizar o grande conhecimento e potencial que existia na Universidade de Coimbra com a capacidade de produção de uma grande empresa internacional, com circuitos de distribuição internacionais, como tinha sido pensado relativamente à Messa, por exemplo. Mas aí existiu um problema que nunca se conseguiu resolver: como passar uma empresa de novecentos trabalhadores para apenas cento e sessenta.

Na minha opinião foi uma pena que não se tivesse avançado nesse esforço, porque se nos tivéssemos dirigido ao mercado de consumo teríamos rapidamente, e com mais de uma década de antecedência, invadido as escolas, a administração pública, as empresas e provocado um movimento de informatização do país criando um novo espírito, sobretudo na Administração Pública e nas empresas, e criando também uma nova gama de oportunidades para muitos jovens que na altura esperavam uma oportunidade nesta área. Infelizmente isso não aconteceu porque nas políticas os governos sucedem-se uns aos outros, e quem vem normalmente não gostava daquilo que foi feito atrás e não havia continuidade, sobretudo em 1985, altura em que as instituições não estavam ainda completamente estabilizadas.

Portugal aderiu à União Europeia em 1986 e não foi possível dar continuidade a esse esforço. Mas o resultado final dessa época foi positivo, deu origem a um novo espírito e a uma nova geração de investigadores, de consultores, de empresários, de quadros, que de alguma forma são a base da nossa indústria actual das tecnologias de informação e comunicação.